



EDITAL - PREGÃO Nº 040/2014

A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 73.360.505/0001- 30, por intermédio do Presidente desta Fundação, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão do tipo **menor preço global**, para selecionar proposta para aquisição de uniformes, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de Quantitativos e Especificações dos itens e Condições de Fornecimento;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Identificação dos Envelopes;

Anexo IV – Recibo de Documentos;

Anexo V – Modelo de Declaração;

Anexo VI – Declaração Comprobatória de Enquadramento como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo VII - CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE LEGAL (obrigatório)

Anexo VIII – Minuta do Contrato

Anexo IX – Desenhos

1 – DA LICITAÇÃO

1.1 – Do Objeto

A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) para aquisição de uniformes específicos para as modalidades de Basquetebol, futsal, handebol e voleibol, que serão utilizados para implantação de gestão social, oportunizando a integração e bem estar das pessoas, melhorando a autoestima pessoal e desenvolvimento do esporte. Serão licitados 500 kits, sendo 100 de basquetebol, 150 de futsal, 100 de handebol e 150 de voleibol. Cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **Anexo I** e nas condições previstas neste edital.

1.2 – Entrega dos Envelopes – Envelope nº 1 (**Proposta de Preços**) e Envelope nº 2 (**Documentos de Habilitação**).

1.2.1 – Envelope nº 3 – (**Anexo V – Declaração**), quando a empresa não enviar representante.

Data/Hora: Dia 19 de setembro de 2014, até às 16h30min

Local: Setor de Protocolo da FESPORTE: Rua Comandante José Ricardo Nunes, 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, CEP 88070-220

1.3 – Credenciamento e Abertura da Sessão.

Data/Hora: Dia 19 de setembro de 2014, às 17:00 horas.

Local: Auditório da FESPORTE - Rua Comandante José Ricardo Nunes, 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem as exigências estabelecidas neste edital.

2.2 – Não será admitida a participação de:

2.2.1 – sociedades cooperativas;

2.2.2 – empresas em consórcio;



2.2.3 – empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

2.2.4 – empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina - SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

2.2.5 – empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6 – empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

2.2.7- A LICITANTE DEVERÁ SER FABRICANTE (INDÚSTRIA) E COMÉRCIO DAS ROUPAS, OU DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO, CUJA COMPROVAÇÃO DESTA CONDIÇÃO DAR-SE-Á MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CARTA DE EXCLUSIVIDADE EMITIDA PELO FABRICANTE DO PRODUTO, SOB PENA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

3 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

3.1 – Em data e horário estabelecidos para a realização da sessão pública do Pregão, a licitante interessada, por intermédio de seu representante, que se identificará, devendo comprovar ter os necessários poderes para representar a empresa em licitações em todas as suas fases, inclusive dar lances verbais, e tomar todas e quaisquer providências e decisões referentes ao presente Pregão, sendo então, credenciado.

3.1.1 – Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado entregará ao pregoeiro:

a) cópia do documento de identidade de fé pública (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, apresentar CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE LEGAL conforme modelo no Anexo VII deste edital, devidamente preenchido e assinado. É obrigatório a apresentação, quando procurador.

c) se dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

d) O contrato social da empresa deverá ser apresentado no momento do credenciamento. Não serão aceitos documentos inseridos dentro do envelope da documentação, sob pena de inabilitação.

e) No credenciamento será obrigatório a apresentação do **contrato social em vigor, e Certidão Simplificada no prazo de validade de 30 (trinta) dias**.

f) Caso o licitante seja distribuidor exclusivo de determinado fabricante, deverá apresentar, no momento do credenciamento, a respectiva Carta de Exclusividade, expedida pelo fabricante do produto, sob pena de desclassificação do certame.

3.1.2- No momento do credenciamento será verificada a condição de fabricante do produto ou de distribuidor exclusivo, mediante a análise do contrato social, em casa de fabricante, ou carta de exclusividade, em caso de distribuidor exclusivo.

O contrato social da empresa deverá ser apresentado no momento do credenciamento. Não serão aceitos documentos inseridos dentro do envelope da documentação, sob pena de inabilitação.

Observação: A licitante interessada poderá trazer o original dos documentos elencados acima para autenticação por um servidor.

3.2 – As licitantes deverão se fazer presentes na sessão pública do Pregão, no horário fixado no preâmbulo neste edital, para:

3.2.1 – o credenciamento;

3.2.2 – a entrega da declaração (**Anexo V**);

3.2.3 – a entrega da declaração de microempresas ou empresas de pequeno porte, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º do art. 3º (**Anexo VI**).



3.3 – Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, sendo admitido, para esse feito, um único representante por licitante interessada.

3.4 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

3.5 – A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e, permanecendo tão somente no certame a sua proposta escrita.

3.6 – A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados (preferencialmente opacos) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, e rubricados no fecho, identificados com etiqueta conforme o **Anexo III**.

4.2 – Os envelopes deverão conter externamente as informações constantes no **Anexo III**.

4.3 – O Recibo de Documentos (**Anexo IV**) deverá ser preenchido em 02 vias e entregues no Setor de Licitações desta Fundação, juntamente com os envelopes.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 1

5.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I**, deste edital, devendo obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado. Preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas.

5.1.1 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste edital, deverá conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do **Anexo I** do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e total por item, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;

c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do **Anexo I** deste edital;

d) o prazo de validade da proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

e) o prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s), que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias úteis, contados da data da retirada da autorização de fornecimento/contrato;

f) o prazo de garantia do(s) produto(s) cotado(s), não podendo ser inferior a 6 meses.

5.1.2 - para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem. Não podendo ser inferior a 12 meses a contar da data de entrega;

5.2 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s).



5.3.1 – O objeto desta licitação goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço unitário do item, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda.

5.3.2 – A isenção do ICMS na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual alcança apenas fornecedores catarinenses.

5.4 – Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

6 – DA FASE COMPETITIVA DO CERTAME

6.1 – Aberta à sessão pública do Pregão, o pregoeiro abrirá o envelope nº 1 contendo a proposta de preços, verificará a sua conformidade com as exigências do presente edital e as ordenará por ordem de menor preço por item.

6.2 – Participarão dos lances verbais e sucessivos do item o autor da proposta de menor preço e os autores das propostas que apresentem valores até 10% superiores, relativamente, a de menor preço.

6.2.1 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições previstas anteriormente, serão chamados a participar dos lances verbais e sucessivos os autores das melhores propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 3 (três).

6.3 – Os lances verbais e sucessivos pelo preço unitário do item, serão iniciados pelo autor da proposta com maior preço dentre aqueles aptos a oferecer propostas e assim, sucessivamente, em ordem decrescente, até a proclamação do vencedor.

6.4 – Caso duas ou mais propostas dentre as inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais apresentarem preços iguais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.4.1 – Caso as licitantes participantes do sorteio desistam de apresentar lance verbal para o item em questão, a classificação dar-se-á de acordo com o resultado do sorteio.

6.5 – Os lances, em valores distintos e decrescentes, serão efetuados no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.6 – É vedada a oferta de lance visando empate com proposta de outra licitante.

6.7 – Os lances observarão o decréscimo mínimo de R\$ 1,00 (uma real) do último valor ofertado.

6.8 – Não será admitida a desistência do(s) lance(s) efetivado(s), sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

6.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais para o item e na consideração do último preço apresentado, pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.10 – Caso as licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

6.11 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.



6.12 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada.

6.12.1 - Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a micro-empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da micro-empresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.13 - O disposto no subitem 6.12 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.14 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.12, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.15 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.16 – Encerrada a etapa competitiva o pregoeiro poderá negociar com os autores das propostas classificadas de acordo com o subitem 6.2, para que seja obtido melhor preço, sendo registrado em ata.

6.17 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas, às propostas, o pregoeiro examinará:

a) a aceitabilidade da proposta de menor valor comparando-a com valores consignados em planilha de acompanhamento de preços do órgão licitante, decidindo a respeito;

b) o atendimento das especificações e qualificações do bem ofertado, definidas no edital e seus anexos, bem como as demais condições estabelecidas.

6.18 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter melhor preço.

6.19 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as condições do edital, que será declarada vencedora da licitação.

6.20 – Serão desclassificadas as licitantes em razão de:

a) não-atendimento das condições estabelecidas neste edital, em seus anexos, no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009 e na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993;

b) fixação de condicionantes para a aquisição dos produtos;

c) omissões, disposições vagas ou que apresentem irregularidades ou defeitos que possam inviabilizar o julgamento;



d) oferta de preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço que a Administração se propõe a pagar;

e) apresentação de duas ou mais opções de preços;

6.20.1 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

6.21 – Encerrada a fase competitiva do Pregão e ordenadas as propostas, será aberto pelo pregoeiro o Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da(s) licitante(s) classificada(s) com menor preço.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope nº 2

7.1 – PARA AS EMPRESAS CADASTRADAS no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação de cópia do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF -, válido na data limite fixada para apresentação dos documentos neste Pregão, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria da Administração do Estado de Santa Catarina, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação;

7.1.1 – Os documentos mencionados no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF -, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão.

7.1.2 – Para suprir a documentação vencida, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF -, deverá(ao) ser entregue(s) o(s) documento(s) hábil(eis) correspondentes, dentro do envelope de documentação. Não serão aceitos documentos fora do envelope.

7.2 – Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, transcritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado – JCE, com respectivos termos de abertura e encerramento ou publicado em órgão da imprensa oficial no país ou jornal de grande circulação.

7.2.1 – Os proponentes devem apresentar os índices de Liquidez Corrente. Solvência Geral e Liquidez Geral > 1, já calculados conforme fórmulas abaixo descritas, assinadas pelo contador da empresa e pelo responsável pela empresa.

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

7.2.2 – No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, esta deverá apresentar Balanço de Abertura transcrito no Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial do Estado - JCE, com respectivos termos de abertura e encerramento ou publicado em órgão da imprensa oficial no país ou jornal de grande circulação e Balancete acumulado do último ou penúltimo mês, anterior ao da realização do Pregão, em substituição ao Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do último exercício social.



7.3 – Certidão Negativa de Protestos, expedidas pelos Cartórios competentes para protestos de títulos da sede da pessoa jurídica licitante, emitidas com a antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data limite fixada para a entrega dos documentos, ou com prazo de validade expresso, acompanhadas do documento emitido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado (também da sede da pessoa jurídica licitante), certificando quantos são e quais os Cartórios instalados na Comarca.

7.4 - Comprovação, por meio de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, provando que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação, comprovando ainda, por meio do atestado, o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade dos itens licitados da presente licitação. Para comprovação desta exigência, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados técnicos com as especificações exigidas.

OBSERVAÇÃO:

1. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto e quantitativo fornecido; local e data do fornecimento. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá (deverão), **obrigatoriamente**, estar acompanhado da(s) nota(s) fiscal (fiscais) referente(s) ao fornecimento, devendo ser cópia autenticada em cartório ou com comprovação por sistema eletrônico, ou seja além do atestado técnico tem que apresentar a nota fiscal de entrega das confecções.

2. O atestado técnico deverá ser emitido com data referente ao ano de 2013/2014.

3. A(s) nota(s) fiscal (fiscais) deverão ser do exercício de 2013/2014.

7.5 – Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

7.6 – PARA AS EMPRESAS NÃO CADASTRADAS – cópia autenticada dos seguintes documentos:

7.6.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

7.6.2 – **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação no DOE, da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam; e **Certidão Simplificada no prazo de validade de 30 (trinta) dias**, comprovando pertinência ao objeto desta licitação. Em caso de apresentação do contrato social e certidão simplificada na fase de credenciamento, será dispensado no “Envelope nº 2” – Documentos de Habilitação;

7.6.3 – Prova de **Regularidade para com a Fazenda Federal** compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, e Procuradoria da Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União) em vigor na data de abertura do respectivo certame;

7.6.4 – **Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, expedida pelo órgão competente, em vigor na data de abertura do respectivo certame;

7.6.5 – **Prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, expedida pelo órgão competente, em vigor na data de abertura do respectivo certame;

7.6.5.1 – No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

7.6.6 – **Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social (INSS) – CND, em vigor na data de abertura do respectivo certame;



7.6.7 – Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do certificado de regularidade do FGTS, em vigor na data de abertura do respectivo certame;

7.6.8 – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, em vigor na data de abertura do respectivo certame;

7.6.9 – Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”), em observância a Lei Federal nº 9.854, de 27/10/99, que alterou a Lei nº 8.666/93;

7.6.10- Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.6.11- Cédula de identidade, no caso de empresa individual;

7.6.12- Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, transcritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado – JCE, com respectivos termos de abertura e encerramento ou publicado em órgão da imprensa oficial no país ou jornal de grande circulação. No caso de publicação, a identificação do veículo e a data respectiva, devem ser passíveis de identificação.

7.6.12.1 – Os proponentes devem apresentar os índices de Liquidez Corrente. Solvência Geral e Liquidez Geral > 1, já calculados conforme fórmulas abaixo descritas, assinadas pelo contador da empresa e pelo responsável pela empresa.

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} > 1$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} > 1$$

7.6.12.2 - caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, esta deverá apresentar Balanço de Abertura transcrito no Livro Diário devidamente registrado na Junta Comercial do Estado - JCE, com respectivos termos de abertura e encerramento ou publicado em órgão da imprensa oficial no país ou jornal de grande circulação e Balancete acumulado do último ou penúltimo mês, anterior ao da realização do Pregão, em substituição ao Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultados do último exercício social.

7.7 – Certidão Negativa de Protestos, expedidas pelos Cartórios competentes para protestos de títulos da sede da pessoa jurídica licitante, emitidas com a antecedência máxima de 30 (trinta) dias da data limite fixada para a entrega dos documentos, ou com prazo de validade expresse, acompanhadas do documento emitido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado (também da sede da pessoa jurídica licitante), certificando quantos são e quais os Cartórios instalados na Comarca.



7.8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

7.9 - Comprovação, por meio de **atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, provando que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação, comprovando ainda, por meio do atestado, o fornecimento mínimo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade dos itens licitados da presente licitação. Para comprovação desta exigência, o licitante deverá apresentar um ou mais atestados técnicos com as especificações exigidas.

OBSERVAÇÃO:

1. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto e quantitativo fornecido; local e data do fornecimento. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá (deverão), **obrigatoriamente**, estar acompanhado da(s) nota(s) fiscal (fiscais) referente(s) ao fornecimento, devendo ser cópia autenticada em cartório ou com comprovação por sistema eletrônico, ou seja além do atestado técnico tem que apresentar a nota fiscal de entrega das confecções.

2. O atestado técnico deverá ser emitido com data referente ao ano de 2013/2014.

3. A(s) nota(s) fiscal (fiscais) deverão ser do exercício de 2013/2014.

7.10 – Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

7.11 - Somente serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

7.12- Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is);

7.13- Para autenticação dos documentos pela CPL, caso o licitante opte por esta modalidade e para não haver atraso nos trabalhos da Sessão Pública do Pregão, **solicitamos que a licitante efetue a autenticação dos documentos com antecedência à data limite prevista para a entrega dos envelopes. Não serão autenticados documentos durante a sessão de licitação.**

7.14 - Todas as certidões e comprovantes emitidos por meio de sistema eletrônico (INTERNET) poderão ser apresentados em original ou em fotocópias, porém a aceitação pela CPL, ficará condicionada a verificação da autenticidade junto a rede de comunicação ou junto ao órgão emissor;

7.15 – A FESPORTE não aceitará documentos fotocopiados em papel termosensível (fac-símile), nem se responsabilizará por quaisquer atos decorrentes da inobservância desta estipulação, considerando-se como documento o conteúdo de qualquer um dos dois envelopes;

7.16 - O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no site da Secretaria de Estado da Administração (www.sea.sc.gov.br);

7.17 - Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o subitem 7.1. deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

a) se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

7.18- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, restritamente a micro-empresas ou empresas de pequeno porte, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por



igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19- A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da micro-empresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

OBSERVAÇÃO: Os documentos que não apresentarem prazo de validade expresse, terão validade por 90 (noventa) dias.

8 – DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 – Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste edital;

8.2 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

8.3 – Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem crescente de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada as penalidades previstas;

8.4 – O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 dias úteis;

8.4.1 – Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o subitem 6.2 deste edital serão devolvidos às interessadas.

9 – DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

9.1 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo o(s) registro(s):

- a) das licitantes credenciadas;
- b) das propostas escritas e verbais apresentadas na ordem de classificação;
- c) da análise da documentação exigida para a habilitação;
- d) da manifestação imediata e motivada de intenção de recorrer da licitante.

9.1.1 – A ata circunstanciada será assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s).

10 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

10.1 - o credenciamento dos interessados;

10.2 - a abertura dos envelopes das propostas de preços, a sua análise e a classificação dos licitantes;

10.3 - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

10.4 - a adjudicação da proposta de menor preço;

10.5 - a elaboração de ata;

10.6 - o recebimento, a análise e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;



10.7 - o encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

11 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

11.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

11.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

11.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

12 – DO JULGAMENTO

12.1 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

12.2 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “**MENOR PREÇO GLOBAL**”.

12.3 – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.4 - Quando na especificação do objeto forem estabelecidas medidas aproximadas, no julgamento serão adotadas as variações admitidas pela ABNT ou, na ausência de parâmetros oficiais, o Pregoeiro adotará critérios próprios, justificadamente, limitados em qualquer hipótese à margem superior ou inferior de 10% (dez por cento).

13 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do Pregão.

13.1.1 – Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior. Sendo obrigatório protocolar no prazo legal o original do documento.

13.2 – Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

13.3 – Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

13.4 – A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

13.5 – As impugnações, recursos e contra-razões deverão ser entregues no setor de Licitações .



14 – DA CONTRATAÇÃO

14.1 – A celebração do Contrato será formalizada com a expedição da autorização de fornecimento pelo setor de licitações desta Fundação, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo de entrega dos produtos.

14.2 – Convocação para retirada da autorização de fornecimento:

14.2.1 – Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação, para retirar a autorização de fornecimento.

14.2.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para retirar a autorização de fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

14.2.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, de retirar a autorização de fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e neste Edital.

14.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

14.3 – Da rescisão contratual

14.3.1 – A rescisão do Contrato de fornecimento poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.3.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

14.3.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à contratante são as previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no contrato e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009.

14.4 – Dos direitos da FESPORTE

Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.5 – A execução do contrato

14.5.1 – São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

14.5.2 – Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

14.5.3 – São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente Edital e à execução do Contrato.

14.5.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.



14.6 – Da alteração do contrato

14.6.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.6.1.1 – O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

14.7 – Dos produtos adquiridos

14.7.1 – A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

15 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento do(a):

Ação: 11142	Fonte: 229	Item: 33.90.30
--------------------	-------------------	-----------------------

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As despesas resultantes do presente Pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

O pagamento será:

15.1 - efetivado mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, que deverá ser emitida em nome da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, CNPJ nº 73.360.505/0001-30 e o endereço desta Fundação.

15.2 - Conforme determinação da Secretaria de Estado da Fazenda, as aquisições feitas na esfera da Administração Pública, deverão cumprir o determinado na Legislação, referente ao ICMS, em especial com relação a **obrigatoriedade** de utilização da Nota Fiscal Eletrônica.

15.3 - As Notas Fiscais, modelo 1, ou 1-A, serão substituídas pela Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o Protocolo ICMS 193, de 30 de novembro de 2010.

15.4 - Liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a licitante vencedora, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto Estadual nº 3.884, de 26 de agosto de 1993;

15.5 - Realizado por meio de empenho, no prazo de trinta dias, contados da data de entrega e aceite dos produtos.

15.6 - O objeto desta licitação goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

15.7 – A isenção do ICMS na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual alcança apenas fornecedores catarinenses;

15.8 - Também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo;



15.9 - Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual (GEREG), da Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no endereço na “internet”, www.sef.sc.gov.br.

15.10 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, Inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16 - DAS SANÇÕES:

16.1 - As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

- a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
- b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente ;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

16.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.3 - A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

16.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

16.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



17 – DAS AMOSTRAS

17.1- A licitante deverá apresentar amostra de cada peça confeccionada, bem como o respectivo laudo referente ao tecido principal de cada confecção, em papel timbrado, emitido por laboratório reconhecido na área de análises em tecido, comprovando as características exigidas, não sendo válido laudo do próprio fabricante do tecido.

17.2 - Prazo de entrega das amostras e dos laudos: Até às 14 horas do dia 19 de setembro de 2014. Não serão aceitas as amostras e laudos, em hipótese alguma, após a data e horário determinados.

17.3- As amostras e laudos deverão ser entregues na Diretoria de Administração, com nome da empresa, CNPJ e identificação de cada item.

17.4- LABORATÓRIOS DE REFERÊNCIA:

17.4.1- CIENTEC – Porto Alegre - RS, (51) 3287-2141;

17.4.2- LAFITE – SENAI – BRUSQUE –SC, (47) 3251-8905;

17.4.3- TECPAR – Curitiba - PR, (41) 3316-3000;

17.4.4- SENAI CETIC – RJ;

17.4.5- SENAI – TEXTIL – SP, (11) 3341-1997.

17.6- Embalagens: as peças deverão vir em embalagens práticas lacradas com a identificação da empresa fornecedora e tamanho da peça. Estas por sua vez em caixas de papelão próprio para este fim.

17.7- Será desclassificada a licitante que desatender os subitens acima. Também será desclassificada, caso apresente amostra fora das especificações mínimas previstas no **ANEXO I** deste Edital, estando sujeita as penalidades previstas no Edital.

Ocorrendo a hipótese prevista acima, será convocada a próxima licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço, e concedendo o mesmo prazo para apresentação das amostras, assim sucessivamente, até a apuração de uma amostra que atenda ao Edital, sendo adjudicado o objeto do presente certame.

17.8- A amostra e o laudo, quando necessário, serão utilizadas para análise, não cabendo a empresa o pedido de devolução ou o ressarcimento do valor do objeto.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito a Comissão Permanente de Licitações - CPL, mediante requerimento, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

18.2 - É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3 – A licitante que vier a ser CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da CONTRATANTE, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

18.4 – A FESPORTE poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE**

ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.5 - O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

18.6 – Informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo setor de licitações desta Fundação, na Rua Comandante José Ricardo Nunes, 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 13 às 19:00 horas, e-mail licitacoes@fesporte.sc.gov.br. NÃO SERÁ DADA NENHUMA INFORMAÇÃO POR TELEFONE. FAVOR NÃO INSISTIR.

18.7 – Cópia deste edital e seus anexos poderão ser acessados no site www.fesporte.sc.gov.br ou retirados no Setor de Licitações, no endereço e horários mencionados no subitem 18.6.

18.8 – A FESPORTE não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

18.9 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.

18.10 – Fica eleito o foro da Comarca da Capital, Florianópolis-SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 8 de setembro de 2014.

Marcelo Kowalski
Presidente



ANEXO I

PREGÃO 040/2014

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS ITENS

LOTE ÚNICO

Item	Produto - Especificações
1	<p>CAMISETA JOGO DRY FIT COM SUBLIMAÇÃO TOTAL</p> <p>Características do tecido;</p> <ul style="list-style-type: none">• Composição (NORMA 20/05 e 20A/05 da AATCC): POLIÉSTER: 100%; Tolerância: +/-0%, resolução 02 do CONMETRO DE 06/05/2008.• Gramatura (NBR 10591/08): 113g/m². tolerância: +/-5%.• Densidade (NBR 12060/91): cursos – 20 cursos cm; colunas – 14,50 colunas cm; tolerância: +/-3%.• Título fio (NBR 13216/94). Dtex:82,00 Dnier:73,80 CV%:1,36• Solidez a lavagem (40°C – NBR ISO 105 C06/10 A1S): migração algodão = 5 no mínimo; migração poliéster = 5 no mínimo. alteração = 5 no mínimo.• Solidez da cor ao suor (NBR ISO 105 E 04/09): Ácido migração poliéster = 5 no mínimo migração algodão = 5 no mínimo; alteração = 5 Alcalino migração poliéster = 5 no mínimo migração algodão = 5 no mínimo; alteração = 5 no mínimo.• Solidez de cor à luz artificial: lâmpada com arco de xenônio. (NBR ISO 105 B02/07): nota = 3/4 no mínimo;• Solidez ao Cloro (Norma 61 (IVA)/10 da AATCC): migração algodão = 4/5 no mínimo; alteração = 4/5 no mínimo.• tipo de fio = Fio Tetralobal• Solidez da cor a fricção (Norma NBR ISO 105X – 12/07): seco = 5 úmido = 5• Solidez da cor para ácidos e alcalis (NORMA 6/10 DA AATCC): ácido clorídrico / alteração= 5 ácido acético/ alteração = 5. hidróxido de amônio/ alteração = 5 carbonato de sódio/ alteração = 5.• Solidez da cor a água (NORMA – NBR ISO 105 E01/09): migração algodão = 5 no mínimo; migração poliéster = 5 no mínimo. alteração = 5 no mínimo.• Pilling (NORMA ASTM D 3512/10): Nota : 5



Item	Produto - Especificações
2	<p style="text-align: center;">CALÇÃO JOGO DRY FIT COM SUBLIMAÇÃO TOTAL</p> <p>Características do tecido;</p> <ul style="list-style-type: none">• Composição (NORMA 20/05 e 20A/05 da AATCC): POLIÉSTER: 100%; Tolerância: +/-0%, resolução 02 do CONMETRO DE 06/05/2008.• Gramatura (NBR 10591/08): 113g/m². tolerância: +/-5%.• Densidade (NBR 12060/91): cursos – 20 cursos cm; colunas – 14,50 colunas cm; tolerância: +/-3%.• Título fio (NBR 13216/94). Dtex:82,00 Dnier:73,80 CV%:1,36• Solidez a lavagem (40°C – NBR ISO 105 C06/10 A1S): migração algodão = 5 no mínimo; migração poliéster = 5 no mínimo. alteração = 5 no mínimo.• Solidez da cor ao suor (NBR ISO 105 E 04/09): Ácido migração poliéster = 5 no mínimo migração algodão = 5 no mínimo; alteração = 5 Alcalino migração poliéster = 5 no mínimo migração algodão = 5 no mínimo; alteração = 5 no mínimo.• Solidez de cor à luz artificial: lâmpada com arco de xenônio. (NBR ISO 105 B02/07): nota = 3/4 no mínimo;• Solidez ao Cloro (Norma 61 (IVA)/10 da AATCC: migração algodão = 4/5 no mínimo; alteração = 4/5 no mínimo.• tipo de fio = Fio Tetralobal• Solidez da cor a fricção (Norma NBR ISO 105X – 12/07: seco = 5 úmido = 5• Solidez da cor para ácidos e alcalis (NORMA 6/10 DA AATCC): ácido clorídrico / alteração= 5 ácido acético/ alteração = 5. hidróxido de amônio/ alteração = 5 carbonato de sódio/ alteração = 5.• Solidez da cor a água (NORMA – NBR ISO 105 E01/09): migração algodão = 5 no mínimo; migração poliéster = 5 no mínimo. alteração = 5 no mínimo.• Pilling (NORMA ASTM D 3512/10): Nota : 5

CADA KIT DERVÁ CONTER: Serão licitados 500 kits, sendo 100 de basquetebol, 150 de futsal, 100 de handebol e 150 de voleibol. Cada *kit* deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE

Item	Produto - Especificações
1	Camiseta: estampa total em sublimado; composição: <i>dry fit</i> 100% poliéster; tecido especial, produzido com polímeros alternativos e antibactericidas que buscam minimizar os efeitos negativos das bactérias e secagem rápida; A malha deverá estar preparada para receber uma temperatura de 200° para a transferência da estampa; Linha: 100% poliéster; Bainha: reta, rebatida em cobertura duas agulhas (bitola 0,5cm) e 2cm de altura, medindo da costura superior; Costura: fechamento de ombro e lateral em <i>overlock</i> ; Etiqueta com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção, embutida no friso do decote, centralizada nas costas. Na lateral interna direita, etiqueta de composição e modo de lavar; nas costuras os pontos deverão ser regulados para acompanhar a elasticidade do tecido para evitar rupturas.
2	Calções: em tecido 100% poliéster, com elástico 4,0cm, rebatido em catraca três agulhas, deixando um intervalo entre a primeira e a segunda costura, nesse espaço, na parte interna do cóis, junto a união do gancho dianteiro, deverá possuir um caseado no sentido vertical para passagem de um cadaço. O cadaço deverá ser na mesma cor do tecido, em poliéster. O mesmo deverá ter uma sobra de 10cm em cada ponta com a cintura esticada. Na parte frontal da perna esquerda a 3,5cm da costura lateral e a a 3,5cm da barra (tolerância + ou - 0,5cm). Detalhamento de costuras: pespontos 3.5 a 4 pontos p/cm; fechamento lateral e entre pernas em <i>interlock</i> bitola 1cm, ganchos traseiro e dianteiro fechado, em <i>interlock</i> bitola 1cm, com pesponto 2 agulhas bitola 0,7cm. Barra em máquina reta enfraldada com 2,0cm de altura, com abertura na lateral de 5,0cm enfraldada e rebatida em máquina reta. Com travete no término da abertura. Etiquetas com indicativo do manequim, firma fornecedora da confecção, composição do tecido e modo de lavar, costurada internamente no cóis na parte central das costas.
3	Meias: Meia para futebol de campo, algodão 41,2%, polipropileno 33,1%, poliamida 21,1% e elastodieno 4,6%. Tamanho "U".

GRADE DE MEDIDAS:

a) CAMISETA

	Medidas	Tolerância das Medidas	Tamanho				
			P	M	G	GG	XG
A	Tórax	De -1 a +1cm	42	44	46	48	50
B	Comprimento total	De -1 a +2cm	66	68	70	72	74
C	Comprimento frente (centro)	De -1 a +2cm	54,25	56	57,75	59,5	61,25
D	Comprimento costas (centro)	De -1 a +2cm	58,25	60	61,75	63,5	65,25
E	Costas (medindo abaixo do decote)	De -1 a +1cm	25	26	27	28	29
F	Cava/barra (lateral)	De -1 a +2cm	43,75	45	46,25	47,5	48,75
G	Ombro	De -0,5 a +0,5cm	6,25	6,5	6,75	7,0	7,25

b) CALÇÃO

	Medidas	Tolerância das Medidas	Tamanho				
			P	M	G	GG	XG
	Cintura elástico esticado	De -1 a +1cm	47	51	55	59	63
	Quadril	De -1 a +1cm	52	56	60	64	68
	Altura gancho traseiro com cóis	De -1 a +1cm	37	38	39	40	41
	Altura gancho dianteiro com cóis	De -1 a +1cm	30	31	32	33	34
	Entrepernas	De -1 a +1cm	7	7,5	8	8,5	9
	Comprimento lateral com cóis	De -1 a +1cm	36	37	38	39	40
	Boca da perna	De -1 a +1cm	31	33	35	37	39

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

1.1 – Local / Prazo de Entrega – O prazo de entrega será após a retirada da Autorização de Despesa (AD).

Lote	Entrega	Quantidade	Local de Entrega
Único	Após a autorização de fornecimento	Vide quadro de quantitativos e especificações	FESPORTE

1.2- O(s) produto(s) deverá(ão) indicar na embalagem a razão social da CONTRATADA, o número deste Pregão, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3- Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem. Não podendo ser inferior a 12 meses a contar da data de entrega.



1.4 – A(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da convocação por fac-símile, e-mail ou similar, para retirar a Autorização de Fornecimento.

1.5 - Após a entrega, a Comissão de Recebimento de Materiais terá 03 (três) dias úteis para examinar os materiais/produtos/bens entregues, exceto quando o aceite depender de laudo ou parecer técnico.

1.6 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do(s) objeto(s) ofertados e entregues, proceder à análise técnica e de qualidade do(s) objeto(s), diretamente ou por meio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.

1.7 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por meio de terceiros, durante toda a execução do contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

1.8 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

1.9 - O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.10 - O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

1.11- A entrega do objeto licitado será de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser entregues nesta Fundação.

1.12- As peças deverão vir em embalagens plásticas lacradas com identificação da empresa fornecedora e tamanho da peça. Estas por sua vez em caixas de papelão próprio para este fim.

1.13- A LICITANTE DEVERÁ SER FABRICANTE (INDÚSTRIA) E COMÉRCIO DAS ROUPAS, OU DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO, CUJA COMPROVAÇÃO DESTA CONDIÇÃO DAR-SE-Á MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CARTA DE EXCLUSIVIDADE EMITIDA PELO FABRICANTE DO PRODUTO, SOB PENA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA.



ANEXO II

PREGÃO Nº 040/2014

Modelo de Proposta de Preços

À Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE

Item	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Kit de basquetebol (cada <i>kit</i> deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	100		
2	Kit de futsal (cada <i>kit</i> deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	150		
3	Kit de handebol (cada <i>kit</i> deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	100		
4	Kit de voleibol (cada <i>kit</i> deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	150		
VALOR GLOBAL (somatório de todos os itens)				

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Validade do(s) produto(s):

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fac-símile: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ()

Fac-símile: ()

Local e data:

Assinatura/Carimbo



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE**

ANEXO III

PREGÃO n° 040/2014

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE

PREGÃO N° 040/2014

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –

ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO

PROPOSTA DE PREÇOS, ENVELOPE n° 01

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ENVELOPE n° 02

DECLARAÇÃO, ENVELOPE n° 03 (quando a empresa não enviar representante)



ANEXO IV

PREGÃO n° 040/2014

Recibo de Documentos

Declaro que recebi da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, sito à Rua Comandante José Ricardo Nunes, 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, os envelopes n° 01 (Proposta de Preços), n° 02 (Documentos de Habilitação) e n° 03 (Declaração - quando a empresa não enviar representante), para serem anexados ao Pregão n° 040/2014, da empresa:

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;
2) Não pode conter rasuras;
3) Válido somente com carimbo e visto do protocolo.



ANEXO V

PREGÃO nº 040/2014

Modelo de Declaração

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do atendimento do subitem 3.2.2, do Edital de Pregão nº 040/2014, instaurado pela FESPORTE, conforme exigido pelo Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Local e data,

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO VI

PREGÃO nº 040/2014

**DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Declaramos para os efeitos do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa....., CNPJ
....., está enquadrada na categoria.....(Pequeno Porte ou Microempresa), bem como não está incluída nas hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,



ANEXO VII

PREGÃO n° 040/2014

MODELO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE LEGAL

Por meio deste, credenciamos o(a) Senhor(a),
Portador(a) da Cédula de Identidade n° e CFP n°,
a participar da licitação instaurada pelo estado de Santa Catarina, por intermédio da Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE –, na modalidade Pregão 040/2014, supra referência na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, visando formular propostas e dar lances verbais, negociar preços, declarar ou renunciar a intenção de interposição de recurso e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data

Assinatura, nome por extenso, cargo e razão social da empresa



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO N°/2014
(VINCULADO AO PREGÃO 040/2014)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE -
E A EMPRESA

A FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE, com sede na rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79 – Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 73.360.505/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor portador do CPF nº, e de outro lado a empresa,, estabelecida na Rua, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, Senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, Decreto nº 3.895, de 17 de janeiro de 2002, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUA EXECUÇÃO

Constitui objeto do presente contrato a aquisição de uniformes específicos para as modalidades de Basquetebol, futsal, handebol e voleibol, que serão utilizados para implantação de gestão social, oportunizando a integração e bem estar das pessoas, melhorando a autoestima pessoal e desenvolvimento do esporte. Serão licitados 500 kits, sendo 100 de basquetebol, 150 de futsal, 100 de handebol e 150 de voleibol. Cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias.

Item	Especificação	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Kit de basquetebol (cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	100		
2	Kit de futsal (cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	150		
3	Kit de handebol (cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	100		
4	Kit de voleibol (cada kit deverá ter 10 camisas, 10 calções, 10 pares de meias).	150		
VALOR GLOBAL (somatório de todos os itens)				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, ATUALIZAÇÃO POR INADIMPLEMENTO.

Do Preço

O preço será o valor definido nos lances, no dia do Pregão.

1– O pagamento será:



1.1- efetivado mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, que deverá ser emitida em nome da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, CNPJ nº 73.360.505/0001-30 e o endereço desta Fundação.

1.2- Conforme determinação da Secretaria de Estado da Fazenda, as aquisições feitas na esfera da Administração Pública, deverão cumprir o determinado na Legislação, referente ao ICMS, em especial com relação a **obrigatoriedade** de utilização da Nota Fiscal Eletrônica.

1.3- As Notas Fiscais, modelo 1, ou 1-A, serão substituídas pela Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o Protocolo ICMS 193, de 30 de novembro de 2010.

1.4- Liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, se for o caso, do Estado em que for sediada a licitante vencedora, conforme Decreto Estadual nº 3.650, de 27 de maio de 1993, com a redação do Decreto Estadual nº 3.884, de 26 de agosto de 1993;

1.5- Realizado por meio de empenho, no prazo de trinta dias, contados da data de entrega e aceite dos produtos.

1.6- O objeto desta licitação goza de isenção do ICMS, condicionado ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e à indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda, conforme dispõe o artigo 1º, inciso XI, do Anexo 2, do Regulamento do ICMS do Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, com amparo no Convênio ICMS nº 26/03;

1.7- A isenção do ICMS na aquisição de mercadorias por órgãos ou entidade da Administração Pública Estadual alcança apenas fornecedores catarinenses;

1.8- Também goza de isenção o transporte das mercadorias adquiridas pela Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 5º, inciso VI, do Anexo 2 supramencionado, caso em que também deverá ser indicado o desconto no documento fiscal respectivo;

1.9- Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual (GEREG), da Diretoria de Administração Tributária (DIAT) da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no endereço na “internet”, www.sef.sc.gov.br.

1.10- Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, Inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Da Atualização por Inadimplemento

a) Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea “c” da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas referentes à execução do presente Contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

Ação: 11142	Fonte: 229	Item: 33.90.30
--------------------	-------------------	-----------------------

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO



A validade do contrato a ser firmado será da assinatura do contrato até entrega total do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Da CONTRATADA:

- 01.** A entrega do objeto, será de até trinta dias consecutivos após o recebimento da Autorização de Fornecimento – AF -.
- 02.** A CONTRATADA é a única responsável por todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, trabalhista ou civil, bem como encargos de qualquer natureza, decorrentes da execução do presente Contrato.
- 03.** Os preços da CONTRATADA serão considerados completos e suficientes para o fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação.
- 04.** A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do presente Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que deu origem a este Contrato.
- 05.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
- 06.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato;
- 07.** Não será aceito, no momento da entrega, produto de fabricante diferente daquele constante na proposta da CONTRATADA.

Da CONTRATANTE:

- 01** – Expedir autorização, requisição ou ordem de serviço.
- 02** – Observar cronogramas e procedimentos, informados previamente pela CONTRATADA.
- 03** – Realizar o pagamento dos serviços comprovadamente realizados pela CONTRATADA
- 04** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ADITAMENTO

Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, por meio de aditamento, observadas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, nos seguintes casos:

- I** - Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVI-II do art. 78;
- II** - Amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização por meio de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos serviços comprovadamente prestados;
- III** - Judicialmente, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e no Decreto Estadual nº 2617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

- a)** 0,33% por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;



- b) 10% em caso da não conclusão dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA, calculado sobre a parte inadimplente;
c) de até 20% calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o contrato;
b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
d) não mantiver a proposta;
e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
f) comportar-se de modo inidôneo;
g) cometer fraude fiscal;
h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

V – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, o CONTRATANTE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou CONTRATADA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou CONTRATADA, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

VI – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/CONTRATADA.

VII – Nenhum pagamento será realizado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se ao presente contrato o valor total de R\$ (.....), assim especificados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis/SC, dede 2014.

Marcelo Kowalski
Presidente da FESPORTE

Empresa vencedora

TESTEMUNHAS

NOME: Celso Dorian de Oliveira

ASSINATURA: _____

CPF: 290.213.409-68

NOME: Maria Alice Fernandes Neta

ASSINATURA: _____

CPF: 375.815.899-00



ANEXO IX

DESENHOS DOS UNIFORMES



